

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 075

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE JUNHO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1093**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 112/99, item 08, em 2ª discussão, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1094**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 133/99, item 13, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Divanir Braz Palma, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 189/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação da Paz, localizada no município de Paranaguá, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação da Paz, localizada à Rua Mane-co Viana, 1042, Bairro Jardim Alvorada, no município de Paranaguá, é Instituição Assistencial, sem fins lucrativos, vem, desde 1986, ano de sua fundação, desenvolvendo atividades na área de assistência social.

Mantenedora da Creche Rainha da Paz, a entidade atende atualmente 75 crianças de 02 a 06 anos, na área de educação, saúde, alimentação, além de apoio moral e espiritual.

A Associação da Paz também trabalha em colaboração com a Pastoral da Criança, através da qual oferece para as mães noções básicas de higiene, alimentação alternativa e medicamentos para todos os membros da família. A mesma Associação é também mantenedora de um Clube de Mães, que oferece vários cursos de trabalhos manuais, o que as incentiva a buscar renda e aumentar o salário familiar.

Pelo importante trabalho desenvolvido, comprovada pela documentação acostada solicitamos a Declaração de Utilidade Pública da Instituição.

PROJETO DE LEI Nº 190/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no currículo do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a Leitura da Bíblia Sagrada.

Parágrafo Único - O conteúdo programático da Leitura da Bíblia Sagrada terá como objetivos principais à busca e o resgate dos valores humanos.

Art. 2º - A leitura bíblica integrará os currículos escolares na rede estadual de ensino a partir do ano letivo de 2001.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a presente Lei, efetuando a adequação curricular e determinando o conteúdo mínimo para que seja ministrada a leitura bíblica.

Parágrafo Único - O desenvolvimento dos conteúdos devem ser baseados sob os aspectos históricos, filosóficos, culturais e literários.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Bíblia Sagrada é sem dúvida a maior riqueza literária, histórica, filosófica e cultural de toda a humanidade, de acordo com o "Guinness Book" - o Livro dos Recordes, a Bíblia Sagrada é o livro mais vendido, o mais lido em todo o mundo e segundo dados foi traduzido até agora em mais de 1.500 línguas. Devemos destacar ainda, que este livro em toda a sua história vem transformando vidas, mudando comportamentos e a cada dia demonstra estar atualizado e em sintonia com os assuntos mais diversos que cercam o homem, pois a Bíblia é considerada o livro mais antigo e ao mesmo tempo o mais moderno.

A Bíblia Sagrada como instrumento de aprendizagem menciona diversos assuntos tais como: países, montanhas, rios, desertos, plantas, produtos, comércio, dinheiro, raças, costumes, cultura, etc., é também a melhor diretriz de conduta humana e com certeza a melhor formadora de caráter do homem. Outro dado importantíssimo que deve ser destacado e com relação à distribuição de bíblias em todo o mundo, o Brasil para a nossa satisfação ocupa atualmente o 1º lugar.

Deve-se salientar que o Projeto de Lei proposto, está em sintonia com a Lei 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu art. 26, pois pretende valorizar a parte diversificada do ensino trazendo para os currículos escolares a leitura deste livro que a cada dia torna-se mais atual e moderno, da mesma forma está em consonância com a Lei 9.475, Lei do Ensino

Religioso, em seu art. 1º, quando veda qualquer forma de proselitismo.

Com o referido projeto de lei, pretende-se oportunizar aos jovens estudantes a busca e o resgate de valores diversas vezes esquecidos pela sociedade, temos a plena certeza que será de grande valia para a formação do homem do próximo milênio.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PT. Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Como muito provavelmente o meu discurso será um pouco extenso, já solicito, senhor presidente, no embarque a esse horário, o Horário da Oposição.

Senhor presidente, fomos informados pela imprensa e pela nossa assessoria que o governador havia agendado para esta semana uma viagem ao exterior, como é do costume do senhor governador. Essa viagem, com a licença da Casa, implicaria na posse da vice-governadora do Estado.

A Oposição já tomou uma deliberação que considerava que tal posse constrange a todos os paranaenses, inclusive no cenário nacional.

O sigilo bancário e o telefônico, da vice-governadora, estão quebrados. Não seria interessante ao Paraná ter um governo do Estado nessas condições.

Então, moralmente, consideramos a vice-governadora impedida de assumir, e queremos transformar isso num apelo político para que ela não assuma o governo do Estado.

E além do mais, senhor presidente, durante os debates desta sessão, iremos tomar ciência ou não com relação às formalizações que devem vir a esta Casa, se a viagem acontecerá ou não. Aí sim, já estamos com uma ação, uma medida cautelar preparada para ser ingressada no Tribunal de Justiça, assim que for formalizada a viagem do governador do Estado.

Consideramos para esse pedido todas as informações que estão nos autos dos processos que correm nas várias Varas de Londrina.

E vou ler, para a ciência dos senhores deputados, trechos das declarações do senhor Eduardo Alonso de Oliveira, em que nos baseamos para considerar tudo isso que falei com relação à vice-governadora.

Eduardo Alonso de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Professor Mário de Andrade, em Londrina, vem declarar que: em virtude da gravidade dos fatos que pretende narrar na Promotoria e temendo por sua integridade física e pela de sua família, o declarante compareceu em sala reservada da Promoto-

ria de Investigação Criminal na cidade de Curitiba, na presença dos promotores antes nominados, que neste ato deseja colaborar de modo efetivo com a investigação. (...)

Que antes da venda das ações da Sercomtel, não havia na Comurb irregularidades como as que aconteceram depois. (...) Carlos Júnior, ou seja, Cassimiro Zavierucha, é pessoa que controla as contas ou despesas do prefeito municipal. Que por ocasião da venda da Sercomtel, houve uma reunião da Prefeitura, convocada por Gino Azolini na qual compareceram José Mueller, José Righi, Carlos Júnior, Dante Belinatti Guazzi, e o próprio declarante; que em tal reunião Gino disse que na Comurb deveriam ser feitas consultorias, contratando empresas para o serviço de engenharia visando estabelecer um caixa que se destinaria a formar um patrimônio, ou melhor, para adquirir bens que tivessem renda que possibilitasse justificar o patrimônio do prefeito, pensando, inclusive, em reeleição; que quando se aproximou a campanha eleitoral de 1998, intensificaram-se os pagamentos irregulares; que o dinheiro então foi dividido entre Carlos Júnior e Gino Azzolini, ficando cada um com um milhão e meio de reais; que não sabe o que Carlos Júnior fez com sua parte, porém Gino dizia que aquele um milhão e meio que ficou em seu poder seria usado na campanha eleitoral que se aproximava; que tal fato aconteceu em agosto ou setembro de 1998; que o restante do dinheiro foi utilizado em pagamentos diversos, inclusive no aluguel de duas casas na Avenida Higienópolis onde estavam sediados os comitês do Jaime Lerner e de Antonio Belinati; que o tesoureiro da campanha de Antonio Carlos Belinati foi Carlos Júnior.

Temos ainda outro depoimento prestado em 22.12, junto à Promotoria Especial de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Cambé, em que o mesmo declarante disse que não fazia nenhum pagamento a estas pessoas com o dinheiro proveniente de contratos à Comurb com as empresas vencedoras das licitações fraudulentas, sem autorização de Carlos Júnior, uma vez que era este quem controlava o caixa da campanha e recursos desviados dos órgãos públicos; que Gino Azzolini também fazia parte desta coordenação, porém em situações que envolviam o prefeito Belinati, sempre Carlos Júnior aparecia no esquema de desvio e repasse de dinheiro; que o declarante exibe uma cópia de comprovante de depósito na conta de Emilia Belinati no valor de onze mil reais; que o declarante fez este depósito em dinheiro a mando de Carlos Júnior o qual dizia que este dinheiro servia para despesas pessoais da vice-governadora; que esta importância de onze mil reais é proveniente da Comurb.

Que o declarante fez outros depósitos na conta de Emilia Belinati em valores próximos do depósito já referido, sempre a mando de Carlos Júnior, e visando as despesas pessoais da mesma.

Senhores deputados, os outros depósitos que possuímos a documentação em mãos, tratam-se de um depósito na agência Banestado nº 125, aqui do Centro

Cívico, em que aparece claramente demonstrado nos canchotos do cheque e no depósito bancário, sendo um no dia 20.08.98, no valor de 3.500 reais e outro no dia 16.09.98, no valor de 8.200 reais.

Senhor presidente, senhores deputados, diante destas comprovações e muito mais que possuímos em termos de documentos, declarações e testemunhos, estamos com um pedido de liminar nesta medida cautelar preparada para que façamos do Paraná sempre o orgulho dos paranaenses e que não tenhamos no Paraná a comparação com um Estado de triste memória dos tempos ruins de Alagoas, ou do tempo do governo Cameli, do Acre, em que gangster ou pessoas que receberam dinheiro público governaram o Estado. Então, queremos tomar o máximo de zelo e cuidado para entrar com as ações apropriadas, com documentos certos. Várias outras iniciativas jurídicas nossos advogados estão tomando providências, estão preparando nas mais variadas esferas da Justiça, nos locais diversos da Justiça. E nós achamos apropriado entrar com estas ações, a maioria delas no Tribunal de Justiça.

Senhor presidente e senhores deputados, a situação é extremamente dramática no Estado do Paraná. É constrangedor para os paranaenses se verem nesta situação. E informo, ainda, senhores deputados que a Bancada da Oposição caminha em sintonia com o povo do Paraná. O movimento de moralidade de Londrina quer que façamos este ato para que Emília Belinati, vice-governadora, não assuma o governo do Estado. Uma enquête na cidade, realizada pela Rádio CBN, também aponta a grande maioria da população daquela cidade que a conhece bem, que teria até interesse em que ela ficasse no governo do Estado, por entender que ajudaria o município; aquela cidade e região não querem que ela assuma, nestas condições extremamente constrangedoras para todos os paranaenses.

Então, estamos em sintonia com a demanda popular e em sintonia com a opinião pública. E todos os esforços da Bancada da Oposição serão neste sentido, para que a nossa representante na vice-governadoria do Estado não assuma o governo, porque a consideramos moral e politicamente impedida. E queremos torná-la impedida judicialmente.

Muito obrigado, era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, consultamos o PDT, PST, PSB, PTB, PFL, PSDB se desejam fazer uso do seu Horário.

(**Declinam**)

Com a palavra, o deputado Nereu Moura, no Horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados.

Ontem ocorreu um fato extremamente preocupante na cidade de Arapongas. Por volta das 19:30 horas,

quando se preparava para ir a um culto na Igreja Evangélica na cidade de Arapongas e aguardava a chegada do vereador Sérgio Onofre, companheiro de jornada política, o deputado estadual Waldyr Pugliesi foi vítima de um atentado.

As condições, senhor presidente, para nós são estranhas. São profundamente estranhas. E é exatamente por isso que nós estamos aqui na tribuna, para revelá-las.

O deputado estadual Waldyr Pugliesi, homem combativo, político destemido, firme, corajoso, evidentemente que na vida pública deixou uma marca indelével de sua firmeza, nas idéias que sempre defendeu. E no sábado, dia 10 de junho, o deputado estadual Waldyr Pugliesi, numa rádio de Arapongas, fez severas acusações ao prefeito municipal de Arapongas, denunciando desvio de recursos daquela prefeitura, e encaminhando as decisões que seu grupo político adotaria para salvar o município de Arapongas dos desmandos e da desonestidade na prática do dinheiro público. Eis a surpresa maior que no domingo, um dia após, no final da tarde, o deputado estadual Waldyr Pugliesi tinha sido vítima de um atentado. Quando abriu a porta da sua casa para receber o vereador Mauro Cacitas, que de forma inesperada tinha ido visitá-lo, o deputado observou pelo canal circuito de televisão a entrada, junto com o vereador de um elemento estranho. Não sabia o deputado Waldyr Pugliesi que nesse instante um outro elemento já se encontrava dentro da sua residência com um outro vereador, Jair Milani, já sob a mira de uma arma de fogo. Os dois elementos, senhor presidente, diziam aos brados: “Com vocês, vereadores nós não queremos nada, queremos matar o deputado Waldyr Pugliesi”.

O deputado Waldyr Pugliesi, homem corajoso, ao ver o seu companheiro na mira de um revólver, não pestanejou, e abriu a porta da sua residência para tentar salvar o vereador Jair Milani que se encontrava entre o portão e a sua casa, quando também adentrou na sua residência esse cidadão portando um revólver, encostado na nuca do vereador Jair Milani. Em seguida entrou um outro cidadão encostando um revólver na nuca do vereador Mauro Cacitas, e diziam eles: “Fiquem quietos porque com vocês nós não queremos nada, estamos aqui para matar, para liquidar o deputado Waldyr Pugliesi”. Numa reação de homem corajoso, de homem de fibra, e vendo os seus colegas ameaçados covardemente, Waldyr Pugliesi desferiu um objeto que encontrava em suas mãos contra o primeiro bandido, que de revólver em punho, uma arma branca, tentava contra a sua vida.

Nesse momento, senhor presidente, o nosso colega parlamentar viu a sua vida por milímetros sendo ali apagada. O bandido armou o revólver, ou a pistola, e por sorte e felicidade, muito embora tenha detonado diversas vezes o gatilho, a arma travada não permitiu que a bala saísse, ou ferisse o deputado estadual Waldyr Pugliesi. Ele, de posse de uma cadeira, saiu em luta corporal contra os bandidos que invadiram a sua casa. Conseguiu derubar um deles, fugiu e se escondeu dentro do seu quarto.

Aí os vereadores que ali estavam na mira de revólver, desesperados, gritavam, tentavam ligar para a polícia, para quem quer que seja para salvar-lhes, e a vida do parlamentar que estava ali correndo risco.

Waldyr Pugliesi foi salvo ao fechar-se no quarto e não permitir que o bandido também entrasse.

Com o grito e o barulho estabelecido os bandidos desesperados, não conseguindo arrebentar a porta, saíram em disparada. Na frente da residência do parlamentar encontrava-se um carro estacionado com mais dois homens no seu interior.

Senhor presidente, tudo leva a crer que tenha sido um atentado político para tirar a vida desse político, homem que nos orgulha muito de ser seu colega aqui neste Parlamento, político da vida limpa, homem honrado, turrão é verdade, rebelde, mas que tem uma vida bonita e limpa, pelas suas posições serenas, coerentes e firmes.

O deputado Waldyr Pugliesi, na nossa convicção, do PMDB e dos partidos de Oposição, aqui, na Assembleia Legislativa, foi vítima de um atentado político. Queriam tirar-lhe a vida, ou no mínimo, amedrontar-lhe. Enganam-se aqueles que pensam calar a voz de um homem como o deputado Waldyr Pugliesi. Não será o revólver, a metralhadora, a covardia, o ato vão, que irá calar a voz de um político de fibra, destemido, que jamais se acovardou em toda a sua vida pública.

Nós, senhor presidente, ontem à noite, fizemos um contato com Vossa Excelência para relatar o episódio. Estamos nesse instante tomando três iniciativas, buscando preservar o mandato parlamentar do deputado Waldyr Pugliesi: fazendo um ofício, um requerimento dirigido à Mesa executiva da Assembleia, solicitando todas as ações possíveis para preservar as condições necessárias, para que o deputado Waldyr Pugliesi possa desempenhar o seu mandato, com lisura e determinação, aliás, como sempre desempenhou. E a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná possa oferecer ao deputado Pugliesi as condições para que ele não seja intimidado ou que não sofra nenhuma represália e que a sua integridade física seja preservada.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado, permite-me um aparte?

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Também me inscrevo no aparte, deputado.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Na sequência.

Também estamos encaminhando requerimento ao secretário de Segurança Pública, José Tavares, solicitando a designação de garantia de vida ao deputado Waldyr Pugliesi, juntamente com a designação de um delegado especial, para apurar esse infame atentado político, do qual foi vítima o nosso querido parlamentar.

Concluo, senhor presidente, dizendo que no outro requerimento, que estamos protocolando, à Mesa Executiva da Assembléia, estamos solicitando ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Marco Antônio Teixeira, a designação de um promotor especial, para acompanhar as investigações policiais, que deverão visar a completa e lúcida ação, desse ato covarde e reprovável, que merece, com certeza, a repugnação de todos os políticos de bem do Estado do Paraná.

São essas três iniciativas, que nós, deputados da oposição aqui dessa Casa estamos encaminhando à Mesa da Assembléia e que espero, evidentemente, contar com todo o apoio de todos os parlamentares, que têm assento nesse poder.

Rapidamente concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado Nereu Moura, só quero ser solidário às três colocações feitas pela sua pessoa na tribuna e ao mesmo tempo pedir à Mesa Executiva dessa Casa e, tenho certeza, que já deve ter feito isso - em especial ao nosso presidente, que tem tratado essas questões com muito zelo, para que se empenhem e isso não prospere na Assembléia Legislativa, onde aqui, na verdade, travamos debates, mas nunca um duelo. E pelo o que o senhor colocou aí, as idéias foram muito inferiores à força.

Eu temo, porque as eleições estão chegando e em alguns municípios a coisa se acirra, nesse ponto como o senhor coloca. Mas tenho a certeza absoluta e quero crer que a Assembléia, como Poder vai fazer um levante, para que isso não prospere no Estado do Paraná.

Estou fazendo o aparte, para dizer que sou solidário aos senhores.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Concede-me um aparte, deputado?

#### **O SR. NEREU MOURA**

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti, mas antes quero dizer, deputado Ricardo Chab, que nós não queremos que ocorra essa intimidação, esse ato de violência, não só com o deputado Waldyr Pugliesi, mas contra todos os políticos, deputados desse Parlamento ou contra qualquer pessoa que queira defender livremente as suas idéias.

Um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado Nereu, quero me solidarizar com o seu pronunciamento e me solidarizar, especialmente com meu amigo, Waldyr Pugliesi.

Posso dizer isso porque conheço Waldyr desde 1968, quando meu pai se elegeu vereador, pelo MDB, na minha querida cidade Jardim América. E o Waldyr pode ter todos os defeitos que tiver mas, é um homem sério, de caráter, de fibra! E seja qual for a motivação, certamente

é política, porque outra não acreditamos que tenha sido, pela história de vida pessoal, familiar, pela forma de vida que tem o Waldyr, não poderia ter outra motivação que não fosse esta. Mas, seja qual for a motivação, realmente merece de todos nós, não só da Oposição, mas, de todos os Parlamentares que respeitam e admiram o Waldyr Pugliesi, pela firmeza com que atua na vida política, acho que todos nós neste momento somos solidários a ele.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelas providências que adotou. Ainda ontem, também cumprimentar o presidente Nelson Justus, porque quando liguei a ele Vossa Excelência já tinha com ele conversado e ele já tinha adotado providências no sentido que fosse assegurada a tranquilidade física, não só do deputado Waldyr Pugliesi mas de todos aqueles que próximos estavam dele naquele lamentável episódio.

Também agradecer a presença com que fui atendido, no telefone, pelo coronel Sanderson Diatoleb, que também já anteriormente contatado pelo deputado presidente Nelson Justus, já havia adotado providências no sentido que o comandante da Companhia da Polícia Militar sediada em Arapongas, se não me falha a memória o Capitão Caput, fosse, de imediato, pessoalmente, cuidar da integridade física e material do nosso companheiro, Waldyr Pugliesi.

Quero registrar e agradecer a presteza com que Vossa Excelência atuou ontem, na condição de nosso Líder, do presidente Nelson Justus, do coronel Sanderson, que de pronto adotou medidas que eram necessárias e possíveis de serem adotadas, ainda na noite de ontem.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Obrigado, deputado Orlando Pessuti, agradeço a sua intervenção e concedo o aparte ao deputado Edgar Bueno.

#### **O Sr. Edgar Bueno**

Deputado Nereu Moura, não posso deixar de me manifestar, neste dia, primeiro dia de Sessão, depois de um atentado sofrido por um companheiro que faz parte desta Assembléia Legislativa.

Volto um pouco atrás e me lembro que nos anos 50, 60, os bárbaros, os latifundiários, os barões que se diziam donos das terras do Paraná, cometiam as maiores barbáries com os pequenos agricultores. Limpavam, varriam, armados com proteção governamental! Eles perseguiam aqueles pequenos agricultores!

Hoje, entramos numa era nova, 40, 50 anos depois, ano 2000 e a sensação da sociedade, do povo paranaense, hoje, é a mesma dos anos 50, 60! Vivemos num Estado sem lei, num Estado onde impera a impunidade, num Estado onde hoje a sensação do cidadão é que, realmente, nosso Estado está abandonado! Infelizmente no ano 2000 acontece isso, num único Estado do Brasil, o nosso querido Estado do Paraná, pelo desleixo, pelo desmando, pelas conivências, pelo comprometimento que existe do

esquema oficial com tudo aquilo que acontece no crime organizado, no Paraná.

A CPI do Congresso Nacional veio aqui ao Paraná, num trabalho extraordinário de enfrentamento, e é isso que todos nós tínhamos que ter compreendido e ter dado seqüência àquele trabalho, a partir daquele momento! A Assembléia demorou para tomar a sua decisão e hoje nós esperamos que ela tome uma posição enérgica, através do nosso deputado presidente Nelson Justus, para que este exemplo não continue no Paraná.

Se continuar assim, deputado Nereu Moura, o senhor que é combativo, que tem se posicionado, corre um sério risco de vida assim com aconteceu com nosso companheiro Waldyr Pugliesi.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MORA

Concedo um aparte ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Quero manifestar a nossa solidariedade em nome do PT, bem como o deputado Luiz Carlos Zuk manifesta em nome do seu Partido. Tão logo recebemos o telefonema, providenciamos a melhor forma de ajudar, mesmo estando distante. Penso que conseguimos fazer uma mobilização razoável no sentido de dar o suporte necessário ao deputado Waldyr Pugliesi. Queremos ajudar no que for possível para esclarecer o fato. Tenha toda a nossa solidariedade e o nosso empenho para que isso seja investigado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria, se esses requerimentos forem aprovados no dia de hoje, de, pessoalmente nós da Oposição, nos dirigirmos à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público para encaminharmos rapidamente para que as providências sejam adotadas objetivando a segurança, a tranqüilidade ao deputado Waldyr Pugliesi. Com certeza dessa forma estaremos trabalhando para fortalecer a democracia, para que atos covardes não sejam verificados outra vez no Estado do Paraná.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência informa a todos, especialmente ao deputado Nereu Moura, que tão logo tomamos conhecimento ontem pelo telefone, entramos em contato com o secretário de Segurança Pública e com o coronel Sander son. Ainda há pouco falamos com o deputado Waldyr Pugliesi, está bem, em Arapongas com toda a proteção policial. A Polícia Militar destacou dois homens que lhe dão proteção. E o secretário de Segurança designou o delegado Romildo para dar a sustentação que o deputado Waldyr Pugliesi merece. Quero crer que é oportuno o seu requerimento, mas a Secretaria de Segurança já tomou conhecimento e o secretário José Tavares ligou hoje de manhã, passando todas as providências que tinham sido

tomadas ontem, e eu já confirmei com o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Não sabia do seu encaminhamento. Quero agradecer e não esperava outra atitude de Vossa Excelência, um político democrata, que tem conduzido com firmeza esta Casa no sentido de preservar o mandato dos parlamentares.

Por isso, em nome do PMDB, quero agradecer pelos encaminhamentos que tomou em relação a essa ocorrência lamentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o PPB se fará uso do seu horário. O PSL.

(**Declinam**)

Liderança do Governo.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Presidente, quero consultá-lo nessa sessão, da necessidade da Comissão de Segurança Pública aqui nesta Casa, para que façamos uma visita ao nosso colega, deputado Pugliesi, na sua cidade de Arapongas, para que possamos fazer contato com as autoridades locais, para apurarmos na verdade aquilo que aconteceu naquela cidade.

Se for da necessidade, a Comissão de Segurança Pública está à disposição.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente e senhores deputados.

Subo à tribuna apenas para falar sobre o caso ocorrido com Waldyr Pugliesi e dizer que pela manhã quando tivemos conhecimento do ocorrido, telefonamos ao secretário de Segurança, e ouvimos da própria voz do deputado Waldyr Pugliesi, aonde ele disse, que apesar do ocorrido, ele recebeu a atenção da Segurança Pública, lá da sua cidade.

Nós também tínhamos feito um requerimento pedindo a atenção desta Casa e da Secretaria de Segurança, para dar uma atenção especial para este fato, porque todos nós sabemos que aqui no Estado do Paraná não é a prática dos políticos paranaenses usar de violência contra quem quer que seja.

Lamento apenas que o aparte feito pelo deputado Edgar Bueno, com o maior respeito que eu tenho por esse parlamentar, ele posiciona que o governo compartilha de atitudes como essa.

Quero deixar claro a esta Casa, que desde o primeiro momento em que fomos sabedores deste triste episódio contra um parlamentar vimos no secretário de Segurança que é o legítimo representante do governador, na área de Segurança, à disposição, a predisposição de tomar todas as medidas possíveis. Agora também acho que seria importante acatarmos a proposta do deputado

Ricardo Chab, para que os senhores parlamentares possam fazer uma visita ao deputado Waldyr Pugliesi e verificar “*in loco*”, o acontecido, porque isso entristece a esta Casa e sem sombra de dúvida não contribui em nada com a democracia.

Quero dizer ao deputado Nereu Moura, ilustre Líder do PMDB, que a Liderança do Governo, se encontra à disposição, caso haja necessidade de melhores atitudes que tenham que ser tomadas, porque ninguém pode imaginar de sã consciência, que qualquer político paranaense, principalmente deputados, governador do Estado, presidente desta Casa e este que vos fala, o Líder do Governo, aceitaria qualquer agressão contra um parlamentar desta Casa ou intimidação pelo que estou sentindo devido as eleições municipais. Não tenho dúvida nenhuma que o secretário de Segurança já tomou as medidas e terá uma firmeza em cima deste caso.

Estas são as palavras, para deixar clara a posição do governo contra esse episódio, e a posição do secretário de Segurança José Tavares.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente e senhores parlamentares.

Uso a tribuna em nome da Liderança das Oposições para mais uma vez demonstrar a nossa preocupação quanto ao andamento de negociações com servidores públicos de diversas áreas com o movimento de greve, por plano de cargos e salários, como é o caso da Educação, por questão de segurança de salário e aumento salarial, como os funcionários da Penitenciária do Estado e com outros setores da sociedade que iniciam um processo de organização para uma greve.

Antes do início da greve dos professores, tentando mostrar a necessidade que temos de uma negociação real e imediata para com a categoria dos servidores públicos, não fizemos negociação. Iniciou-se um processo de greve como sindicato organizado dos professores e funcionários da Educação. Até agora não se buscou solução.

Senhor presidente, senhores parlamentares, há aproximadamente dez dias, servidores da Educação estão num processo de greve. Ora, diriam alguns, o processo de greve é um processo de radicalização por parte de quem faz o movimento. Diríamos nós que quem faz um movimento precisa de atos e fatos que possam forçar a negociação. Estas pessoas, com dez dias, todos sabemos, devem estar com saúde abalada, com risco de sofrer consequências imprevisíveis, e estamos entendendo a greve de professor como um movimento que vai terminar pela exaustão. Aparentemente, está se adotando a tese de pensar: “Deixe o pessoal passar fome, deixem os professores de protesto sem aula, porque eles, por exaustão, vão acabar parando com o movimento”. Não vai parar.

Amanhã, senhor presidente, haverá uma grande manifestação de professores e funcionários da Educação do Paraná inteiro e eu consulto os próprios deputados desta Casa, de Situação ou Oposição que tenham viajado ao interior, durante este fim de semana, o testemunho de que esta greve está forte em municípios os mais distantes. Poderá haver deslocamento para Curitiba e poderemos ter mais uma vez, cenas desagradáveis, por que não estamos negociando.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado, me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Agradeço por me conceder este aparte e me permita discordar um pouco de Vossa Excelência.

É claro que as negociações não chegaram e não tiveram o sucesso que nós desejávamos, mas junto com o Líder das Oposições, deputado Irineu Colombo, fizemos várias reuniões, nas quais várias propostas foram encaminhadas ao governo e por parte do governo foi encaminhada à APP Sindicato.

Além disso, existe um fórum permanente de negociações que vem negociando há vários dias.

Pode-se, sim, alegar que o governo não conseguiu dar os avanços ou as reposições que são reivindicadas pelos senhores professores. Nisto sim, concordo com Vossa Excelência, mas discordo quando não existe um canal de negociações. Existe, sim. Existe, sempre existiu e sempre existirá. A Liderança do Governo, a Secretaria da Educação, a área econômica do governo, a Secretaria da Administração estão à disposição para as negociações. Agora, é uma questão de responsabilidade de quem está governando, de oferecer aquilo que se pode pagar. Não é uma questão de intransigência. Desde o primeiro momento em que se acenava com a possibilidade de greve, dizíamos à APP Sindicato que teríamos que fazer de tudo para que não entrassem em greve, porque não teria saída honrosa para esta greve, porque o governo está impossibilitado por duas razões claras de dar reposições salariais neste momento.

Uma razão: questão de caixa. Não temos recursos para dar os avanços, para dar reposições salariais.

Outra razão: temos a questão da lei de responsabilidade Fiscal que impede o governo, porque não estamos ainda enquadrados nos 60%, mas, se o presidente permitir, eu concedo alguns minutos da Liderança do Governo, para dizer a Vossa Excelência que tudo que o governo, dentro das possibilidades, poderia conceder, ele colocou como proposta e está na proposta do governo. Agora, o governador foi claro nessa posição: “Quem governa tem a responsabilidade de saber até onde pode ir para honrar esse compromisso”. Nós não queremos assumir compromissos que não possam ser honrados.

Isso tem que ficar claro para a população paranaense, para os professores. Achamos que as reivindicações dos professores são justas mas todos estamos

vendo, a nível nacional, que vários Estados brasileiros estão em greve e não estão conseguindo conceder aos setores que estão em greve, os avanços que eles pedem.

A posição do governo neste momento não é de intransigência, é de impossibilidade, as negociações permanecem abertas. A Liderança do governo tem procurado contribuir. Quero cumprimentar o deputado Irineu Colombo que tem se esforçado muito. Chegou ao limite da responsabilidade e o limite da responsabilidade é quanto se pode avançar. Avançar mais do que isso, seria irresponsabilidade, de depois não cumprir por falta de recursos.

Gostaria de agradecer a Vossa Excelência por ter me dado esta oportunidade, de poder deixar clara a posição do governo e como foram e estão sendo feitas as negociações.

Jamais vai faltar canal de negociação ou qualquer proposta do governo em negociar.

Esta é uma posição clara para que todos fiquem sabendo.

Agradeço o aparte.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Não tenho a menor dúvida de que, por parte da Assembleia Legislativa, tanto da Situação como da Oposição, tem se tentado estabelecer um diálogo com a área do governo.

Agora, deputado Valdir Rossoni, a negociação não passa pela colocação no jornal da ameaça de se descontar horas de quem não trabalhou. A negociação não passa pela ameaça velada de quem dá depoimentos públicos oficiais, porque a secretária dá depoimentos oficiais, ameaçando a categoria que está em greve. Quem vai a um movimento de greve, vai com a responsabilidade de decisões tiradas de assembleias gerais e precisa manter a reivindicação de classes.

Concordo com Vossa Excelência. Passamos momentos de dificuldades econômicas. Tudo bem! Por quê? Qual o caminho para podermos resolver esse problema? Quem ocasionou esse caso inteiro, de estarmos estrangulados pela possibilidade de aumento aos servidores públicos? Afinal, há cinco anos, aproximadamente, neste País inteiro, como um todo, faz-se do trabalhador, do servidor público, um instrumento da economia do dinheiro que vaza pelos dedos dos benefícios concedidos pelos governantes. Estes prestadores do serviço público são exatamente os responsáveis pelo andamento do nosso serviços público.

Eu me valho, para pedir inclusive apoio da Situação, num requerimento de retirada da Ordem do Dia, de um projeto que está aqui na pauta para votação do dia de hoje.

Como é que vai se explicar aos professores e servidores públicos que não há dinheiro, quando nós estamos votando o Projeto 133/00 no dia de hoje, em primeira votação?

Este projeto diz o quê? “Fica instituído o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, objetivando a promover a regulamentação de créditos para o Estado do Paraná”. E quem pode fazer regulamentação de passivos fiscais? “Todos contribuintes poderão participar do Programa desta lei, inclusive os beneficiários de parcelamento de créditos tributários instituídos por diplomas legais antecedentes, com parcelas vencidas ou vencidas.

Quer dizer, quem já parcelou com o Estado e não pagou nada, poderá parcelar de novo por quanto tempo, senhores parlamentares? Por 120 meses. Por 10 anos. Por 10 anos. E diz mais: “As empresas interessadas em participar do Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais farão espontaneamente, mediante requerimento junto à repartição fazendária em seus municípios, a opção aos benefícios desta lei, até o limite de 30 de novembro do corrente ano.

Ora, senhores, estamos nesta Casa, com comerciantes, seguramente, assistindo a transmissão do Programa da Assembleia pela TV Exclusiva.

Quem é que vai pagar, deputado Vanhoni, um centavo de imposto até novembro, neste Estado, se a própria lei que estamos votando dá o prazo de 30 de novembro deste ano para fazer recomposição, para aqueles que tiverem débito no Estado? E de que forma se vai fazer?

Dizendo que os créditos relativos à circulação de mercadorias e sobre administração de serviços, digo, sobre prestação de serviços, serão recalculados, consolidados, anistiadas as multas e atualização monetária dos juros, nos termos da recomendação da Lei nº 11.800.

Concedo aparte ao deputado Vanhoni, e na sequência, ao deputado Divanir Braz Palma. Até gostaria de ter a deferência do presidente, já que Vossa Excelência é autor da lei.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Senhor deputado Caíto Quintana, assisto e escuto com bastante atenção seu pronunciamento que trata de suas questões que *a priori* podem não parecer correlatas, mas que são. Primeiro, a argumentação do governo que diz não ter condições mínimas de sequer estabelecer um diálogo com os servidores públicos do Estado do Paraná, professores, servidores públicos na área da Saúde, servidores da área do Judiciário, para recomposição de perdas salariais. O Líder do Governo argumenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Camata, as dificuldades financeiras do Estado, mas o Líder do Governo não diz o seguinte: porque o governador Jaime Lerner mandou 30 milhões de reais para verba de publicidade o mês passado?

Por que é que o governo do Estado do Paraná paga 10 milhões de reais ano para aluguel de automóveis, enquanto que o aluguel de um ano destes automóveis daria para comprar dois veículos por parte do Estado do Paraná, sendo apenas duas as agências que locam os veículos para o Estado do Paraná, num total acinte do

ponto de vista da administração pública, os aluguéis de carros?

Ainda para corroborar, a Bancada do Governo vem com uma proposta de lei como esta, que além de beneficiar os inadimplentes, os empresários que atrasaram, por má fé ou não, a contribuição, o recolhimento dos impostos no estado do Paraná, dando-lhes 10 anos para serem refinanciados. Pior que isso, eu me pergunto, deputado Caíto Quintana: se a Assembléia Legislativa ao aprovar uma lei destas, porque já foi feita uma anistia anterior a esta, com prazos menores, agora uma dilatação de prazo ainda maior e mais benefícios do ponto de vista pecuniário, financeiro, para os maus pagadores de impostos no nosso Estado, qual o contribuinte, qual o empresário, seja o pequeno, o médio ou o grande, que estará sendo estimulado com a aprovação de uma lei a contribuir mensalmente com os impostos no Estado do Paraná? A aprovação de uma legislação destas é uma aberração do ponto de vista ético, moral e lógico de gerir o Estado do Paraná.

Infelizmente, me parece que esta legislação não é de autoria apenas do deputado que está propondo, mas sim, foi emanada, pensada no mesmo gabinete aonde foi pensada a legislação anterior, que já previa benefícios fiscais para quem devesse para o Tesouro do nosso Estado do Paraná.

Esta legislação, me desculpe, deputado autor da proposta, eu desconfio que não é de origem do gabinete parlamentar, mas sim do gabinete do secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, que não tem coragem, por si próprio, de encaminhar uma proposta de lei para atender os interesses de setores dos empresários inadimplentes, maus pagadores, ao Estado do Paraná. E encaminha a um deputado da sua base de apoio parlamentar, para que tramite na Assembléia Legislativa do nosso Estado. Infelizmente o governo do Estado trata os empresários com um peso de ouro e os servidores públicos sob o argumento de que não há nenhum recurso para atender suas necessidades.

Ora, um Estado que não prioriza a Educação, que se nega a sentar com servidores da Educação e ao mesmo tempo o Governo manda à Assembléia legislativa um projeto de lei para que os maus pagadores do Estado do Paraná tenham 12 anos para pagar e além disso tenham a possibilidade de não ter multa, de nenhuma correção monetária naqueles impostos devidos durante estes últimos anos. Ora! É este governo que o Paraná precisa? que trata os servidores públicos desta maneira, com indignidade, e ao mesmo tempo vem através de um deputado, nosso companheiro, apresentar um projeto escorchante, do ponto de vista da postura ética da administração pública do nosso Estado?

Desculpe, deputado, este projeto deverá ser repudiado pelo conjunto dos deputados da Assembléia Legislativa. E mais do que isso: acho que nosso papel, neste momento, é fazer o contrário.

Fazer com que o governo abra suas contas e economize naquilo que não é essencial para a vida do nosso Estado e promova a paz ao serviço social que nós devemos prestar à população do nosso estado, como uma boa educação, de qualidade, como os serviços médicos e saúde e qualidade, como serviços na área do sistema penitenciário, mais humano, garantindo a qualificação profissional de seus servidores. Não será com medidas como estas que vamos resolver os problemas financeiros do nosso Estado. Mas, será, sem dúvida, o governador não gastando como vem gastando de forma irresponsável o dinheiro público, em publicidade e em aluguéis de carros e outras atitudes que faz o nosso governo.

### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Gostaria de pedir ao senhor presidente, também, que alocasse o meu tempo, do PST, para o nobre deputado Caíto Quintana, para continuarmos esta discussão, que só vai engrandecer e valorizar nosso projeto.

Nobre deputado Caíto Quintana, eu gostaria de fazer algumas explanações em relação a este projeto. Em primeira mão, já respondendo ao aparte do deputado Vanhoni, o qual respeito como membro da Oposição, mas lamentar que um deputado da sua grandeza está tão equivocado com relação a este projeto. É uma pena que o PT sempre tenha esta linha de terra arrasada e é sempre contra empresários, contra lucro, contra qualquer progresso. O PT, com este objetivo de fazer uma administração coletiva sempre pensa desta forma. Como ele colocou aqui, com uma infelicidade total, apesar de ser um grande parlamentar e ter o uso da palavra com um discurso sempre interessante, dizer que em primeiro lugar, não partiu da nossa assessoria. Vossa Excelência desconhece o nosso trabalho. Somos empresários há mais de 33 anos, temos empresa de comunicação, construtora, estamos aqui dando nossa parcela de colaboração para a sociedade do Paraná. Em segundo lugar, este projeto surgiu de uma inspiração do Refis Federal e também de outras leis que, infelizmente, não passaram por esta Assembléia, porque ela não fez questão de fazer uso de seus direitos, porque questão tributária tem que ser ratificada pelo Legislativo. Foi feita através de resoluções e normas. Nós nos ativemos à Lei 11.800, depois prorrogada com a Lei 12.685.

Vejam os senhores, esta lei privilegia quem? Quem está em dificuldades para pagar seus impostos. Não é empresário esperto. A questão de dizer empresário esperto é tipo assim, um requianismo. O requianismo é que diz isso: que lucro é pecado, é proibido, não se pode progredir, tem que se aniquilar toda a iniciativa privada.

Agora, nós pensamos diferente, deputado. Eu acho que quem está em dificuldade, quem não consegue pagar seu ICMF, quem tem problema sazonal, quem tem um fornecimento feito a uma pessoa quem não pagou, a microempresa geralmente é fragilizada no seu caixa, ela forneceu um produto e não recebeu, ela entra em dificuldade financeira, ela não consegue pagar seu ICMS. O que

acontece com ela? Entra na marginalidade porque a Receita Estadual não lhe dá licença, não lhe permite que faça novas notas fiscais, estas empresas então, passam a trabalhar na marginalidade e o nosso projeto vai justamente atender os anseios dessas empresas, e não estamos aqui também falando por conta própria, temos a chancela da Federação da Agricultura do Estado do Paraná-FAEP, temos a chancela da FIEP - Federação da Indústria do Estado do Paraná; temos a chancela também da Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, do comércio lojista, da Federação da Ocepar, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Então, são todos organismos vivos, classes setorizados, organizadas, da sociedade, que respondam, respeitem, protegem as pequenas e microempresas do Paraná, que estão preocupados com esse parcelamento. Esse parcelamento nada mais é do que uma tentativa do próprio Estado receber aquilo que não é recebível em condições normais. Porque em condições normais essas empresas jamais poderiam pagar.

Vossa Excelência sabe que o ICMS todo mês vence, e depois da terceira parcela os empresários não têm mais condições, não têm fluxo de caixa que lhes garantam que eles possam colocar em dia, a não ser através de uma lei desta que não tem paternalismo, não existe essa execração que Vossa Excelência falou, mas existe sim, um espírito humanitário e também social, porque por trás de uma empresa que fecha, Vossa Excelência sabe, também os empregos vão embora. E hoje emprego é tão importante quanto o patrimônio pessoal, a pessoa empregada hoje é independente, vive feliz, realiza seus sonhos, e a pessoa desempregada é uma desesperada.

Então, digo que o espírito dessa lei é beneficiar aquelas pessoas que não podem pagar, porque um empresário de um modo geral - encaro assim - é honesto até prova em contrário.

Infelizmente a ideologia do vosso partido não pensa dessa forma. Achamos que o empresário que não paga não paga quando não pode, porque ele tem tantos impedimentos com o não pagamento, ficando inadimplente, ele não tem acesso a crédito bancário, ele não tem acesso a notas fiscais, que não compensa ao empresário hoje não fazer pagamento dos seus tributos, somente em estado extremo é que ele deixa de pagar os seus impostos, e essa lei vem justamente premiar esse pequeno empresário, médio, que está lutando para sobreviver, e com isso o Estado também vai conseguir alavancar os seus impostos devidos, que em condições normais não teria condições de receber, porque este empresário está a beira da falência, da inadimplência.

Acho que o apelo que Vossa Excelência fez, tenho certeza que nos nobres pares não vão ouvir, vão fazer ouvidos moucos, porque são políticos sensíveis, estão sabendo das dificuldades dessas empresas e vão aprovar nosso projeto.

E vou mais, estamos agora de saída, em conversa - viu, nobre deputado Caíto Quintana - que tenho certeza que Vossa Excelência fez esse aparte valorizando o nosso projeto.

Vamos sair agora com a secretária do nosso líder Rossoni, vamos lá sentar com Lucena, vamos falar com o Giovanni Gionédís, porque esse projeto o governo tem interesse que seja aprovado, evidentemente pode haver alguma emenda, e vamos lá conversar com eles, porque o espírito dessa lei é beneficiar, é fazer com que os empresários que estão em linha de desespero possam voltar a ter a sua empresa regularizada junto à Secretaria da Fazenda, e possam gerar emprego, gerar renda, e também pagar ao Estado. E com isso, com certeza, penso, como diz o deputado Caíto Quintana: o Estado pode reforçar o seu caixa, e com isso quem sabe, dar a melhoria, a recomposição salarial que tanto precisa a classe do professorado do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço o aparte, e só queria dizer uma coisa, o encerramento, lamentavelmente o tempo é pequeno para discutir o assunto de tamanha importância, e por isso mesmo volto a pedir à Liderança do Governo e ao próprio autor do projeto, que o retire de pauta por dez sessões, para que possamos travar um debate maduro a respeito da questão.

Mas só queria duas coisas neste projeto, deputado Divanir, que me causam preocupação: uma, a razão do ICMS, o que é ICMS? São milhares de paranaenses que já pagaram. Quando comprei esses óculos, deputado Divanir, embutido no preço desses óculos, a empresa me vendeu ICMS aqui em cima, esse dinheiro já era do Estado, não era produto do cálculo, do preço que o empresário pagou e do lucro que ele teve com o funcionário, com o aluguel, com a luz, com o telefone, com nada, isto é uma contribuição, que no Brasil, infelizmente é assim, empresário incorpora o imposto que é do Estado como se fosse dele. Quem já comprou alguma coisa no exterior percebe que a nota fiscal é diferente, ela traz o preço da mercadoria com o lucro da empresa e embaixo vem o valor do ICMS. Então, nem psicologicamente ele incorpora aquilo como lucro dele; não é lucro. Desses 17%, ele fica com esse dinheiro no caixa sem juro e sem correção por 30 dias, para recolher no fim do mês, e daí não recolhe.

Pergunto: e o cidadão coitadinho que vai comprar um sofazinho, desses pequenos, depois de anos de trabalho, quando ele chega lá na firma ele não pode pedir o parcelamento em 10 anos do imposto que está embutido no preço do sofá, ele paga à vista o ICMS que é do Estado, para que o Estado tenha recursos para fazer frente às suas necessidades.

O outro lado que eu queria colocar é a questão didática do perdão da dívida, do parcelamento da dívida. Deputado Divanir, Vossa Excelência é um deputado que

tem bons propósitos, tem uma posição nesta Casa contestada por uns, apoiada por outros, mas de bons propósitos. Imagina que atestado de burrice dá o comerciante que paga imposto, se a cada um ano, dois anos, três anos, um deputado entra aqui com um projeto de parcelamento por 10 anos da dívida que ele não pagou de ICMS, se fosse de imposto de renda, o imposto de renda é sobre o lucro da empresa, o ICMS é um dinheiro que o contribuinte já deu na frente para o empresário, portanto, não é despesa dele. Argumentação que ele não pode pagar, não, ele se apropriou de um dinheiro que estava embutido no custo e que já era do Estado, e ele não transferiu para o cofre do Estado. Agora, se eu dissesse aqui, digamos que as televisões aqui pegassem o Paraná inteiro, todo mundo estivesse escutando, o que eu poderia dizer: senhores empresários, não paguem mais ICMS que daqui a dois anos um deputado vai entrar com um projeto para dar dez anos de prazo sem juros e sem correção monetária para o imposto que o senhor deixar de pagar.

Quer dizer, não é, didaticamente, é uma má-prática, a prática do parcelamento da anistia de multas, de correção monetária, porque isso vicia a cadeia de pagamento de impostos do Estado. Sabe quem deveria estar apresentando, senhor presidente, senhores parlamentares, este projeto? A Oposição! A Oposição deveria estar apresentando este projeto para fazer média com os empresários e para que dificultassem o caixa do Estado. Mas, não, casualmente, é diferente! É a Situação que está apresentando um projeto que diminui o fluxo de recursos para o caixa, e é a Oposição que está aqui, uma vez mais, interessada em defender os interesses do Estado do Paraná, que receba um dinheiro que o contribuinte já deu, já pagou na hora que foi extraída a nota fiscal que originou o débito que ele tem com o Estado.

Então, encerro aqui, senhor presidente, que estou me valendo muito da sua bondade e da bondade dos demais deputados, mas temos razão. Nós podemos discutir no encaminhamento do projeto, e, principalmente eu lhe peço, deputado Divanir, ajude a retirar de pauta este projeto para que possamos discutir melhor. Se for do interesse do Paraná, se nos convenceremos que isso é bom para o Paraná, estaremos a favor. Mas, enquanto estivermos fazendo com que a má-educação tributária seja perpetuada no Estado, estaremos contra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente.

Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a Instituição de Mecanismos de Incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 063/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a instituir programas de incentivo visando a melhoria de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e o combate à sonegação, através de prêmios e outros incentivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06.06.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 226/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 226/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado do Paraná quando contratarem apresentações artísticas para eventos musicais, deverão garantir, prioritariamente, que 50% (cinquenta por cento) dos artistas contratados sejam radicados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06.06.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o senhor governador do Estado do Paraná a incluir um representante da Undime - Paraná no Conselho Estadual de Educação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 286/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado com base no § 1º do artigo 71, da Lei nº 4.978, de 26 de dezembro de 1964, a incluir 02 (dois) membros no Conselho Estadual de Educação, CEE, devendo 01 (um) membro ser indicado pela União dos Dirigentes de Educação Municipal, Undime, Paraná e 01 (um) pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 06.06.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do deputado Carlos Simões, que descentraliza a expedição de Cédulas de Identidade Civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**  
Projeto - **Aprovado.**

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão, Unescam. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Unidade da Delegacia Anti-tóxico no

município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J. E S.P.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DA S.P.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Provopar de Cafelândia, denominado do Provocaf, com sede na cidade de Cafelândia e foro na comarca de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que altera a redação do Artigo 3º da Lei nº 11.070, de 16 de março de 1995, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - Coped. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 112/99

Art. 1º - O artigo 3º da Lei 11.070, de 16 de março de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, será composto por 16 (dezesseis) membros, a saber:

I - 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo a OAB/PR, Ministério Público e um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

II - 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre as ONG's - Organizações não Governamentais, ligadas a defesa dos direitos humanos.

§ 1º - O Coped será presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, tendo como Secretário Executivo o chefe da unidade administrativa responsável pela atividade afim no âmbito da referida pasta;

§ 2º - O Coped contará com um vice-presidente a ser eleito entre seus pares;

§ 3º - O presidente do Coped será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-presidente, e na ausência simultânea de ambos, presidirá o colegiado o seu conselheiro mais antigo.

### DA DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 1º - Para escolha dos membros previstos nos incisos I e II do artigo 3º desta lei, o Poder Executivo, através do Secretário de Justiça e Cidadania, promoverá no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação da mesma, uma conferência sobre Direitos Humanos, onde as ONG's escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro de 30 (trinta) dias, a contar da realização da conferência.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA  
ÂNGELO VANHONI  
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Edgar Bueno, Orlando Pessuti e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda substitutiva geral visa corrigir a problemas de redação e omissões no texto do Projeto de Lei nº 112/99. Este projeto de lei foi restaurado da legislação anterior, e ao fazê-lo, por falha na digitação, acabou-se por omitir partes do texto original, as quais prejudicaram por completo a referida proposição.

Assim sendo, a presente emenda substitutiva geral, recupera o texto original, assegurando a coesão e os objetivos do dito projeto.

Ademais, as razões e motivos que justificam a presente emenda são as mesmas que acompanham o Projeto de Lei 112/99.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01, APOSTA AO  
PROJETO DE LEI Nº 112/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, recebeu deste relator, quando de sua análise nesta Comissão, parecer favorável, com a inclusão de alterações de redação.

Essas alterações feitas pelo relator foram incluídas no projeto de lei e também são objeto da Emenda Substitutiva Geral proposta em Plenário.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação da Emenda nº 01 de Plenário, na mesma forma do parecer exarado em 13 de abril de 1999, sobre a matéria, por se tratar de correção formal.

Sala das Comissões, em 06.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura, Algaci Tulio, Irineu Colombo, Beto Richa, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitada a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 112/99.

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que inclui o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 640/99

P A R E C E R :

Parecer a Subemenda ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 640/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a excluir o município de Guaraniaçu de abrangência da Região Administrativa de Laranjeiras do Sul, e incluir o referido município de Guaraniaçu na Região Administrativa de Cascavel e nos Núcleos Regionais do Governo do Estado com sede em Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

Apoioamento:

Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Irineu Colombo, Duílio Genari, Beto Richa, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi e Pastor Edson Praczyk.

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica - C.E.G., com sede e foro no município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado**, artigo por artigo.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com abrangência no município de Vera Cruz do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 017/2000

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo criar a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com abrangência no município de Vera Cruz do Oeste.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de emenda corretiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 017/2000

Dá nova redação ao art. 1º que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Céu Azul.”

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 017/2000

## P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran no município de Céu Azul.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida Ciretran, pois a mesma facilitará o atendimento à população trazendo melhorias na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, na forma de Emenda Corretiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2000.

(a) RICARDO CHAB - Presidente  
TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Manguaerinha. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 004, de 21.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 029/2000

**Súmula:**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Manguaerinha.

**Autor:**

Deputado Valdir Rossoni

**01) Do Projeto:**

De iniciativa do eminente deputado Valdir Rossoni o presente projeto de lei visa autorizar a criação da Circunscrição Regional de Trânsito em Manguaerinha. Na justificativa o parlamentar afirma que tal ato “... ajudará sobremaneira os municípios vizinhos de Coronel Domingos Soares, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu, fato que trará reflexos na própria prestação de serviços do Ciretran/PR.

**02) Do Parecer:**

A criação de órgãos, por determinação constitucional é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal e art. 66 da Constituição Estadual. Entretanto, o projeto de lei em epígrafe, por seu caráter autorizatório passa ao lado do preceito proibitivo não sendo atingido pela determinação Constitucional. Assim, somos de Parecer Favorável à sua tramitação legislativa.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 029/2000

## P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran no município de Manguaerinha.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição se faz necessária para que a população consiga resolver os prob-

lemas relacionados com seus veículos e com isso melhorar a sua qualidade de vida.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, institui o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, no âmbito do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 045, de 03.05.2000).

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 133/2000**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, no âmbito do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 133/2000**

#### **P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, no âmbito do Estado do Paraná.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o § 3º, do art. 33 do Regimento Interno, conclui ser ela benéfica às finanças dos contribuintes e do Estado e de permitir que se retome a atividade econômica devidamente depurada de seus desequilíbrios e desacertos do passado, merecendo, portanto, nosso Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que este assunto é de tamanha importância, que seria importante o cumprimento do Regimento Interno. Vossa Excelência declarou a aprovação do projeto, do requerimento sem que houvesse por parte do deputado Divanir, que estava a telefonar, um pedido coerente que Vossa Excelência pudesse colocar em prática. Então, o requerimento está aprovado. Porque que seria importante, senhor presidente, no meu modo de entender? Porque não estamos nem discutindo o mérito do projeto, estamos apenas retirando, deputado Valdir, para que possamos sentir se é bom. Votaremos a favor do projeto se os senhores nos convencerem que o projeto é bom. Então...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concordo perfeitamente com Vossa Excelência quando diz respeito ao mérito da questão, mas tenho que cumprir o Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Mas o Regimento Interno, senhor presidente, nos mostrou que Vossa Excelência notadamente vendo que a maioria ficou sentado declarou o projeto, o requerimento aprovado; na seqüência, para tentar dar um apoio ao deputado que não pediu a rejeição, o Líder do Governo tentou salvar a questão, mas extemporaneamente. Acho que tem horas que tem que cumprir o Regimento Interno e dar o requerimento como aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que cabe a verificação a todo instante para a votação. Temos quantos deputados em Plenário, dezoito deputados em Plenário?

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Não, nós não temos dezoito senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeremos chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

**Não há quórum para prosseguimento da sessão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para registrar a visita nas galerias da União dos Cegos do Paraná, e também da Acadev. São os nossos cegos do Paraná que estão em movimentação, exigindo educação, qualidade de tra-

balho, trabalho digno, fim do preconceito e da discriminação.

Queremos aproveitar, senhor presidente, se me couber, inclusive, de desejar todo sucesso aos cegos do Paraná, sobretudo na figura do meu amigo Enio, que eu o preso muito pela luta em prol dos cegos do Paraná, e dizer da nossa solidariedade. E ao mesmo tempo, senhor presidente, aproveito a oportunidade para dizer que amanhã os deputados de Oposição estarão acompanhando a caminhada dos professores da Universidade Federal até aqui em frente a Assembléia Legislativa, e em seguida teremos uma conversa entre o pessoal da APP e os líderes de Situação do Governo, inclusive para fazer evidentemente as reivindicações com relação a greve dos professores.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 147, 149 e 153/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 017 e 029/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 526, 528/99, 031, 133 e 145/2000.

Levanta-se a sessão.

### Pedidos de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDOS DE ADESAO

Paulo Roberto Pinto Lobo, matrícula 41011, endereço Rua Iapó, 1155, bairro Prado Velho, cidade de Curitiba, CEP: 80215-020 - PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, CPF: 234.176.849-00, telefone: 332-7784, lotação: D.A., data de nascimento: 10/02/51.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 61.

(Prot. nº 4686)

Curitiba, em 05.06.2000.

(a) Paulo Roberto Pinto Lobo

Luiz Elisvaldo Tenorio, matrícula 40987, endereço Rua Visconde do Rio Branco, 1445, bairro Centro, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$460,46, CPF: 015.645.748-70, lotação: D.G.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 61.

(Prot. nº 4879)

Curitiba, em 06.06.2000.

(a) Luiz Elisvaldo Tenorio

Marcos Vinicius Lobo Leomil, matrícula 41015, endereço Rua Angelo Zeni, 639, bairro Bom Retiro, cidade de Curitiba, CEP: 80520-140 - PR, remuneração mensal estimada R\$370,00, CPF: 803.836889-49, telefone: 338-7529, lotação: D.A., data de nascimento: 11/08/70.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 4932)

Curitiba, em 06.06.2000.

(a) Marcos Vinicius Lobo Leomil

Luís Carlos Graczyk, matrícula 40751, endereço Rua Joaquim Nabuco, 2165, bairro Centro, cidade de São José dos Pinhais - PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 447.537.219-49, telefone: 282-2690, lotação: D.G., data de nascimento: 26/08/61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 4929)

Curitiba, em 07.06.2000.

(a) Luís Carlos Graczyk

João Batista Ferreira da Silva, matrícula 40132, endereço Rua Zumbi, 122, bairro Santa Cândida, cidade de Curitiba - PR, CPF: 470.052.709-91, lotação: D.G.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 4930)

Curitiba, em 07.06.2000.

(a) João Batista Ferreira da Silva

Iracilda Alves Lopes, matrícula 40752, endereço Rua Canadá, 1247, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba, CEP: 82510-290 - PR, remuneração mensal estimada R\$470,14, CPF: 583.711.419-04, lotação: Biblioteca, data de nascimento: 21/01/53.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4931)

Curitiba, em 07.06.2000.

(a) Iracilda Alves Lopes

Leidi Bernadete da Silva Ceccon, matrícula 40976, endereço Rua Equador, 127, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba, CEP: 82510-120 - PR, remuneração mensal estimada R\$367,00, CPF: 356.965.169-04, lotação: D.A., data de nascimento: 28/04/58.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: auxiliar administrativo.

(Prot. nº 4933)

Curitiba, em 07.06.2000.

(a) Leidi Bernadete da Silva Ceccon

Neyde Mara Ladewig, matrícula 40638, endereço Av. Silva Jardim, 314 - Ap. 142, bairro Centro, cidade de Curitiba, CEP: 80230-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 544.295.019-04, telefone: 225-5053, data de nascimento: 03/03/57.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5039)

Curitiba, em 09.06.2000.

(a) Neyde Mara Ladewig

Elizabete Pisarski Viegas, matrícula 40900, endereço Rua Martin Afonso, 681, bairro Mercês, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$575,33, CPF: 541.897.809-87, telefone: 233-8966, data de nascimento: 03/10/63.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato

da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: E04.

(Prot. nº 5040)

Curitiba, em 09.06.2000.

(a) Elizabete Pisarski Viegas

Viviane Pimentel, matrícula 40227, endereço Rua Artur Bettres, 340 - Ap. 1304, bairro Portão, cidade de Curitiba, CEP: 80610-290 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 805.912.059-04, telefone: 345-8113, data de nascimento: 29/11/70.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5041)

Curitiba, em 09.06.2000.

(a) Viviane Pimentel

Monica Pimentel Abram, matrícula 41267, endereço Rua Eng. Artur Bettres, 42 - Ap. 141, bairro Portão, cidade de Curitiba, CEP: 80610-290 - PR, remuneração mensal estimada R\$600,24, CPF: 589.254.659-49, telefone: 329-0680, data de nascimento: 17/11/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: E 04.

(Prot. nº 5042)

Curitiba, em 09.06.2000.

(a) Monica Pimentel Abram

Marcelo Correa Wengerkiewicz, matrícula 40838, endereço Rua Manoel Pedro, 477 - Ap. 503, bairro Cabral, cidade de Curitiba, CEP: 80035-030 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 719.546.519-53, telefone: (42)9978-1926, data de nascimento: 21/06/68.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5068)

Curitiba, em 12.06.2000.

(a) Marcelo Correa Wengerkiewicz

Maristela Gomes Klamas, matrícula 40278, endereço Rua Moises Marcondes, 275, bairro Juvevê, cidade de Curitiba, CEP: 80030-410 - PR, remuneração

mensal estimada R\$582,85, CPF: 875.681.109-82, telefone: 253-6603, data de nascimento: 16/10/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV,

dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: E 06.

(Prot. nº 5069)

Curitiba, em 12.06.2000.

(a) Maristela Gomes Klamas